



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

MANUELA FAGUNDES SERODIO

**A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO E DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA NA ADOÇÃO DE MEDIDAS PÚBLICAS NO
ENFRENTAMENTO À PROLIFERAÇÃO DA COVID-19**

**Assis/SP
2021**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

MANUELA FAGUNDES SERODIO

**A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO E DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA NA ADOÇÃO DE MEDIDAS PÚBLICAS NO
ENFRENTAMENTO À PROLIFERAÇÃO DA COVID-19**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

**Orientando(a): Manuela Fagundes Serodio
Orientador(a): Dra. Elizete Mello da Silva**

**Assis/SP
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

S486r SERÓDIO, Manuela Fagundes

A responsabilidade do Governo e da Presidência da República na adoção de medidas públicas no enfrentamento à proliferação da Covid-19 / Manuela Fagundes Seródio. – Assis, 2021.

37p.

Trabalho de conclusão do curso (Direito). – Fundação Educacional do Município de Assis-FEMA

Orientadora: Dra. Elizete Mello da Silva

1.Responsabilização-Governo 2.Covid-19

CDD 341.25115

A RESPONSABILIDADE DO GOVERNO E DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA NA ADOÇÃO DE MEDIDAS PÚBLICAS NO
ENFRENTAMENTO À PROLIFERAÇÃO DA COVID-19

MANUELA FAGUNDES SERODIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto
Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do
Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão
examinadora:

Orientador: _____
Dra. Elizete Mello da Silva

Examinador: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as vítimas que tiveram suas vidas ceifadas pela doença.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Elizete Mello da Silva, por ter escolhido ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com total dedicação e amizade.

Manifesto, também, meus agradecimentos a Jeane Mari Spera, pela generosidade e dedicação com a qual se disponibilizou a me ajudar nesse processo todo. A essas duas pessoas maravilhosas, serei sempre grata.

RESUMO

A proposta desta pesquisa consistiu na análise da atuação do Governo e da Presidência da República em relação à Covid-19 no Brasil, com o fim de discutir a sua possível responsabilidade na condução dos problemas sanitários do país. Foram estabelecidas como parâmetro as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que nortearam o enfrentamento da pandemia em todo o mundo, e a Constituição Federal, que estabelece normas para a determinação de crime de responsabilidade. Além desses documentos, foram examinados os artigos e reportagens que propagavam as decisões e falas do Governo Federal e as reflexões de jornalistas e especialistas da área da saúde. Portanto, trata-se da abordagem de aspectos políticos, sociais e econômicos que pontuaram a gestão governamental entre 2019 e 2020.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Medidas Governamentais. Ordenamento Jurídico. Consequências criminais. Direito penal. Responsabilização.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the performance of the Government and the Presidency of the Republic of Brazil related to Covid 19, in order to discuss their possible responsibility in conducting the sanitary issues of the country. The recommendations of the World Health Organization (WHO), which guided the fight against the pandemic throughout the world, and the Federal Constitution, which establishes norms for the determination of liability crimes, were used as parameters. Moreover, articles and reports that propagated the decisions and speeches of the Federal Government, and the reflections of journalists and specialists in the health area were analyzed. Therefore, this study provides an examination of the political, social, and economic aspects that punctuated government management between 2019 and 2020.

Keywords: Pandemic. COVID-19. Government measures. Legal order. Criminal consequences. Criminal law. Accountability.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O NOVO CORONAVÍRUS	11
2.1 A NOVA PANDEMIA.	11
3. ASPECTOS POLÍTICOS DA PANDEMIA DA COVID NO BRASIL	14
3.1 MINISTÉRIO DA SAÚDE E GOVERNO FEDERAL.	14
3.2 INSTRUÇÕES CONTRADITÓRIAS PARA A POPULAÇÃO.	16
3.3 ESTADOS E MUNICÍPIOS À DERIVA	19
3.4 A COMPRA DE VACINAS - UMA BATALHA CONTRA A MORTE.	21
3.5 A IMAGEM DO BRASIL NO MUNDO	22
4. A SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DA COVID	24
4.1 AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO MAL ORIENTADAS.	24
4.2 AUXÍLIO EMERGENCIAL E A LOGÍSTICA DEFICIENTE.	24
4.3 AGRUPAMENTOS DESNECESSÁRIOS.....	25
4.4 VACINAÇÃO E INSEGURANÇA SOCIAL: O PAPEL DO GOVERNO.	26
5. A ECONOMIA DO BRASIL NA PANDEMIA	27
6. CRIME DE RESPONSABILIDADE?	28
6.1 CRIME DE QUEBRA DE DECORO.	28
6.2 CRIME DE PREVARICAÇÃO?	28
7. CONCLUSÃO	30
8. REFERÊNCIAS	32
9. ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Desde 2020, o Brasil, assim como o mundo todo, está enfrentando uma crise sanitária bastante agravada por problemas políticos. Essa situação deve-se à diferença de comportamento entre alguns ministérios, sobretudo o Ministério da Saúde, e o governo federal.

Diante dessa situação, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Governo e da Presidência da República em relação à Covid 19 no Brasil, estabelecendo como parâmetro as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que nortearam o enfrentamento da pandemia em todo o mundo. Em relação ao Governo Federal, observaremos alguns artigos da Constituição do Brasil de 1988, para a discussão de possíveis responsabilidades.

Para tanto, destacaremos aspectos políticos, sociais e econômicos que pontuaram a gestão governamental entre o final de 2019 e todo o ano de 2020.

Do ponto de vista político, discutiremos a ocorrência de vários fatores, tais como a alternância de Ministros da Saúde em curto espaço de tempo; a atividade sistemática de membros governamentais na recomendação de medidas de comportamento e de medicação contrárias às recomendadas pela ciência; os embates entre autoridades municipais e estaduais em relação ao governo federal; os problemas referentes à compra de vacinas; e, com destaque, as consequências de todas as ações governamentais para a imagem do Brasil no mundo.

No nível social, observaremos as ações de ajuda humanitária, na forma do auxílio emergencial; a vacinação e a insegurança da sociedade; e o comportamento social diante das recomendações de distanciamento social, uso de máscaras e a higienização constante.

No nível econômico, destacaremos os problemas decorrentes da quarentena com o fechamento do comércio; o aumento dos preços da cesta básica; e, na contramão dos fatos, o aumento do PIB, com destaque para o agronegócio.

Dirigiremos nossa discussão considerando a responsabilidade constitucional do Presidente da República na adoção de medidas públicas de ações para redução de riscos e mortes. Nesse contexto, a relevância do trabalho de pesquisa monográfico, desenvolvido nos

próximos capítulos, foi norteadada pela pertinente discussão da responsabilidade constitucional do Presidente da República nas questionáveis ações e omissões de medidas públicas para redução de riscos e mortes, sendo passíveis de responsabilidade criminal. Considerando as preocupações no âmbito da universalidade do direito, percebemos frontalmente o desrespeito ao princípio constitucional ao direito à vida e ao princípio da dignidade humana sofrido por milhares de brasileiros.

2. O NOVO CORONAVÍRUS

O novo coronavírus é denominado cientificamente de SARS-coV-2. A palavra SARS é uma abreviação de uma síndrome chamada de *Severe Acute Respiratory Syndrome*, que se traduz como Síndrome Respiratória Aguda Grave, sendo a forma grave de muitas doenças respiratórias. Tem como principal sintoma a dificuldade em respirar. CoV é uma abreviação de coronavírus, que é a família a que o vírus pertence. Por fim, o número 2, porque esse vírus é muito semelhante a uma outra espécie de coronavírus que quase virou uma pandemia em 2002, o SARS-coV. O que se sabe sobre a origem do novo coronavírus é que é muito semelhante a outros vírus encontrados em morcegos, o que pode indicar que talvez exista um parentesco entre eles. Mesmo assim, ainda não é possível dizer com certeza absoluta que o novo coronavírus veio diretamente do morcego e foi passado dele para o homem, ou se chegou aos humanos por um outro caminho. O primeiro caso de contaminação ocorreu na China, em Wuhan, em meados de novembro e dezembro de 2019. A partir daí, o mundo não seria mais o mesmo; milhares de pessoas estavam sendo infectadas ao mesmo tempo e descobrindo, somente depois, já ter contaminado outras pessoas, uma vez que os sintomas não eram imediatos. O mundo parou, muitas vidas foram ceifadas, muitos países foram dizimados e muitos erros foram cometidos.

2.1 A NOVA PANDEMIA

O novo Coronavírus levou a população mundial a uma vida de isolamento, o que praticamente paralisou as principais economias do mundo. Muita gente se pergunta o porquê de isso não ter acontecido na última Pandemia que tivemos, como, por exemplo, a da H1N1, que causa a gripe suína. Ele foi identificado no México e nos Estados Unidos em abril de 2009 como um subtipo do vírus influenza, que causa a gripe. É um “filme” parecido com o que se vê agora, um novo vírus passa por uma mutação em animais e começa a infectar humanos. Mas as semelhanças não param por aí. O H1N1 também é transmitido por meio de gotículas de saliva e de secreções respiratórias que ficam suspensas no ar, após a pessoa espirrar ou tossir. Quatro meses depois do primeiro caso, o vírus também já havia se espalhado até mais de 120 países, deixando dezena de milhares de pessoas

doentes. Mas as diferenças entre a Covid 19 e o H1N1 são bastante importantes: o H1N1 não colocou cidades ou países inteiros em quarentena. Em alguns lugares, no caso da Covid19, viajantes chegaram a passar por triagem, casos suspeitos foram isolados e as aulas chegaram a ser suspensas. Apesar da gravidade da situação e do número de mortes, muita gente, incluindo o Governo Federal, viu exagero nas medidas tomadas contra o sars-cov-2, citando como exemplo justamente a experiência com o H1N1 (Entrevista à CNN Brasil, 15/3/2020).

Então, vários infectologistas viram a necessidade de, na época que surgiu esse embate, listar quatro diferenças marcantes que ajudam a explicar por que as medidas de isolamento são necessárias.

a. Transmissão:

O coronavírus é transmitido mais facilmente que o H1N1. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada pessoa com H1N1 é capaz de infectar de 1,2 a 1,6 pessoas. No caso da Covid-19, um estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos (USA), em um modelo matemático usando estatísticas de outros vírus semelhante, descobriu que uma pessoa contagia 6 e os casos podem dobrar em 3 dias.

b. Letalidade:

Segundo a OMS, 3,4% dos doentes morrem por covid. Número que pode ser muito maior em alguns lugares do mundo. O Virologista Fernando Spiki cita o exemplo de Bérgamo, na Itália, onde a taxa de mortos chegou a 12% de pessoas que foram testadas por ter sintomas; pessoas assintomáticas não haviam sido testadas na época, o que poderia derrubar um pouco a porcentagem, mas mesmo assim ainda é um número muito maior do que na pandemia de H1N1.

De acordo com os dados da OMS, a gripe de H1N1, em 16 meses, teve uma taxa de 0,02% de pacientes mortos. Durante esse período, foram mais de 493 mil casos e mais de 18 mil mortes no mundo. O covid-19, porém, em 4 meses já provocara mais de 1 milhão e meio de casos e mais de 100 mil mortes, ou seja, é quase o triplo de casos confirmados e mais de quatro vezes e meio o total de mortes da pandemia anterior.

c. Falta de imunidade:

De acordo com os cientistas, ninguém possui imunidade contra esse vírus. O virologista Anderson Brito, pesquisador da Escola de Saúde Pública da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, disse que as pessoas com mais de 60 anos já tinham, no geral, alguma

proteção contra o H1N1, ou seja, elas não foram infectadas ou conseguiram reagir melhor à infecção. Isso pode ter acontecido por essas pessoas já terem passado por duas pandemias de gripe antes, a gripe asiática de 1957 e a de 1968, causadas por outros vírus influenza.

d. Falta de Vacina:

Na época que ocorreu a polêmica em torno da minimização do perigo da covid-19, não existia vacina ainda. Foi uma corrida contra o tempo para entender o novo vírus, pois ninguém esperava que uma vacina ficasse pronta em menos de dois anos. Em relação à H1N1, já existia uma vacina e só foi necessário adaptá-la para enfrentar as demais ocorrências da gripe.

A conclusão a que se chega diante do quadro exposto é a de que o alto grau de transmissão e letalidade, aliado à falta de imunidade e de vacina, exigia do Brasil e do mundo um grande esforço de todos os envolvidos: o Governo Federal, o Ministério da Saúde, os governos estadual e municipal, além da população em geral. Observa-se, portanto, o grande papel exercido pela política, em todos os seus níveis, na condução dos problemas causados pela pandemia.

3. ASPECTOS POLÍTICOS DA PANDEMIA DA COVID NO BRASIL

Sem dúvida, o Novo Coronavírus afetou politicamente todo o país, em todos os aspectos, e envolve não só a classe política, mas também todos os envolvidos no processo de enfrentamento dos problemas resultantes.

Um fato chamou a atenção desse período: representantes da classe política buscaram tirar proveito do momento para se destacarem na mídia com o claro objetivo de garantir votos nas eleições. Esse destaque motivou o aparecimento da expressão bastante usada ultimamente: “a politização da pandemia”.

Nesse aspecto, as discussões sobre a pandemia escapam do campo da ciência e ganham contornos de embate político, com os candidatos a vários cargos disputando os holofotes. Como, por exemplo, os vários embates entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Governador João Doria (e outros governadores), motivados pelas diferentes crenças de ambos sobre a Covid-19. O Governo Federal teve várias falas e atitudes inconsistentes e incoerentes em relação ao vírus, às vezes concordando, outras discordando das recomendações da OMS em relação até à própria existência da doença. Com esse comportamento, consagrou a sua qualificação de “negacionista”: nega que a terra seja redonda e que a doença exista.

3.1 MINISTÉRIO DA SAÚDE E GOVERNO FEDERAL

O Ministério da Saúde e o Governo Federal, desde o começo da pandemia, mantiveram relações sempre conflitantes e muitas vezes divergentes. O Ministro da Saúde, no início da pandemia, era o médico Luiz Henrique Mandetta. Nessa época, era claro o embate entre o Ministro da Saúde e o Presidente da República, uma vez que Mandetta acreditava que o correto era seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Presidente usava uma narrativa ainda de minimização do risco do coronavírus. Em uma dessas discussões, Jair Bolsonaro disse que Mandetta deveria “ouvir mais o seu Presidente” e que tinha “Ministro querendo virar estrela”. Em suas palavras: “ ‘Algumas pessoas do meu governo, subiu à cabeça deles, estão se achando. Eram pessoas normais,

mas de repente viraram estrelas, falam pelos cotovelos, tem provocações’, disse o presidente ao grupo de evangélicos no domingo em frente ao Palácio da Alvorada.” (Jornal Extra, 6/4/2020).

Em uma entrevista, em entrevista sobre sua suposta demissão, Mandetta disse que médico não abandona paciente, mas que não tinha paz para trabalhar e tomar decisões (FOLHA UOL, 3/4/2020). Em outra entrevista, disse que o maior prejudicado era a população. A população, ainda confiante no seu Presidente, não sabia em quem acreditar.

A maior divergência entre o Ministro da Saúde e o Presidente era o uso da Cloroquina. O ministro alertava que não havia dados suficientes que comprovassem sua eficácia e que não deveriam colocar o remédio como solução. O outro embate entre ambos se devia ao posicionamento sobre isolamento social. Mandetta, seguindo a OMS e os dados científicos, acreditava no distanciamento, enquanto o Presidente, preocupado com a economia, minimizava o impacto do coronavírus e queria adotar medidas menos restritivas. A situação ente ministério e presidência se agravou e Mandetta foi demitido pelo presidente.

O Presidente então nomeia o médico Nelson Teich como novo Ministro. Teich entra em um momento muito delicado, assumindo com a pandemia já chegando no auge, e forma uma nova equipe para enfrentar uma crise de saúde pública em plena força. Mesmo sendo médico e um especialista em saúde, ele também teve problemas, pois era inexperiente em Gestão Pública, o que passou a ser uma dificuldade adicional, além daquelas que enfrentava no relacionamento com o Governo Federal.

Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo, após divergir de Bolsonaro e de ser desautorizado, pelo presidente, em rede pública de televisão. Esse fato ocorreu numa coletiva de imprensa, quando o Ministro descobriu, ao vivo, que o Presidente havia determinado o que era ou não essencial, decretando o que poderia ficar aberto, como salão de cabeleireiro e academia. Teich, pego de surpresa, pois nesta coletiva ele já havia firmado que ambos não eram essenciais. Tentando minimizar a situação, deu a desculpa de que isso não era atribuição do Ministério, mas a situação de constrangimento criada era bastante óbvia para todos. O Ministro Teich olhava para seus assessores com expressão de absoluta incredulidade – se não desespero –, buscando algum tipo de ajuda e respaldo.

Outro motivo da saída de Teich foi que, diferente do Presidente da República, ele não acreditava na eficácia da Cloroquina como a solução para a Covid-19. O Presidente exige

que Teich encampe a ideia, ainda que não tenha sustentação científica, e ele se recusa a fazer isso, reproduzindo o que Mandetta havia feito. (CNN Brasil, 5/5/2021).

Nesse episódio, falou-se muito no compromisso de campanha do presidente, sempre afirmando que nomearia técnicos qualificados para todos os cargos, que contrataria especialistas e não políticos. O Presidente afirmou inclusive que, por não tem tais conhecimentos, só nomearia pessoas da área, como, por exemplo, o Ministro da Saúde que era médico e possuía conhecimentos técnicos. ou seja, que ele iria se alicerçar no conhecimento de técnicos. Na prática, porém, constata-se que o Governo só permite que esses técnicos permaneçam nos Ministérios se eles concordarem com suas ideias e ideais.

Demite-se, então, o segundo ministro da pandemia, assumindo, em 2 de junho de 2020, o General Eduardo Pazuello, na época considerado um especialista em logística.

Depois de 10 meses ele é demitido, tendo como motivo a pressão para um ritmo acelerado nas vacinações além de outros problemas relacionados a logística!

De fato, o general foi cobrado de todos os lados pela demora na disponibilização de doses contra o novo coronavírus. A condução da política na pandemia por parte do ministério, com falta de respiradores, reclamação de governadores pela diminuição no repasse de recursos para manutenção de leitos de UTI e os inúmeros cronogramas no Programa Nacional de Imunização tornaram a vida do ministro cada vez mais difícil. Mas Pazuello mantém-se no cargo por 10 meses, mesmo após inúmeros constrangimentos impostos pelo Presidente, entre eles a famosa frase do ministro: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”, que resume o tipo de relação de autoridade existente entre ambos. Esse fato explicita uma interessante face do argumento de autoridade, que explicitamos no Anexo 1.

Em 23 de março de 2021, assume Marcelo Queiroga, médico cardiologista, já dispendo de uma relação mais respeitosa do presidente que começa a ver sua imagem desgastada nas pesquisas de avaliação de seu governo.

3.2 INSTRUÇÕES CONTRADITÓRIAS PARA A POPULAÇÃO

A população, já muito afetada pelas notícias devastadoras da Covid no mundo, ainda tem que se deparar com as instruções contraditórias, decorrentes do conflito entre os Ministros da saúde Mandetta e Teich e o Governo Federal. Como já afirmamos, enquanto Mandetta

e Teich orientavam-se pela ciência e recomendações da OMS, o Presidente da República indicava remédios não aprovados pela ciência e minimizava os efeitos do Coronavírus.

No dia 28 de abril de 2020, quando o Brasil ultrapassava 5 mil mortos, ao ser questionado sobre esse número, o Presidente da República falou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” Completando com: “Sou Messias, mas não faço milagres” (G1, 28/4/2020).

Também questionado sobre o número de mortes, o Presidente declarou: “Não sou coveiro”. Com essas declarações, a população pensante do país constata que tem um governo que não se comporta com dignidade nem busca proteger a vida dos brasileiros. O Presidente sempre usa a narrativa de que “lamenta”, mas não pode ignorar os “fatos”. Mas é nesse ponto que ele se contradiz, uma vez que está sempre ignorando os fatos: o aumento galopante de mortes e infectados e a ineficácia comprovada da Cloroquina. Várias pesquisas demonstraram que o uso da cloroquina pode até piorar o quadro do infectado, mas mesmo assim o Presidente da República posou para fotos e gravou vídeos com o remédio. Além disso, sem respaldo científico algum, o Governo aumentou em 80% a produção da Cloroquina, sendo certo que os insumos para a produção desse remédio, em virtude da pandemia, estavam seis vezes mais caros. Por usar uma verba exorbitante para comprar um remédio ineficaz, foi solicitada uma investigação no tribunal de contas para avaliar a eventual má gestão do dinheiro público.

No dia 10 de março de 2020, em Miami, viagem na qual uma grande parte das pessoas que o acompanharam em sua comitiva foi infectada, o Presidente disse que as pessoas estavam superdimensionando o risco desse vírus e que era tudo uma criação da grande mídia. Nas palavras do presidente: “É muito mais fantasia a questão do Coronavírus e não é tudo isso que a Mídia propala pelo mundo todo”. (G1, 10/3/2020). Ainda a chamaria de “gripezinha” e de “ameaça chinesa”, criando, inclusive, problemas de relações internacionais que ameaçaram afetar setores da economia nesse momento tão delicado.

Essa narrativa da minimização do Coronavírus altera-se meses depois e, no Twitter da Secretaria de Comunicação do Planalto (SECOM), era possível ver mensagens totalmente divergentes das de março. No Twitter (@SecomVc no dia 8/8/2020, 17h30), as mensagens afirmavam: “Estamos todos do mesmo lado da trincheira na guerra que foi imposta ao mundo todo”, e que “o Governo do Brasil vem trabalhando sem descanso desde o começo”, mudando totalmente sua posição. Isso deve ser analisado com muita atenção, pois se não se prestar atenção, pode-se acreditar que o Governo sempre teve um posicionamento coerente. Na verdade, não foi isso que aconteceu, infelizmente. A contradição fez parte

ativa do posicionamento “incoerente”. Vejam-se os episódios demonstrativos de incoerência.

No dia 11 de março 2020, a OMS declara a Pandemia e, no dia 13 de março o Presidente da República fez uma apresentação com o Ministro da Saúde da época, Luiz Henrique Mandetta, falando para as pessoas não comparecerem a uma manifestação que estava agendada para o dia 15 março. A ordem era que a população não se aglomerasse e assim se pudesse conter o avanço do coronavírus. Porém, mesmo depois desse pronunciamento, ele compareceu à manifestação, tirou fotos, e tudo isso depois de ter estado na comitiva de Miami. Nessa época, ele se submeteu a alguns exames que, segundo informou, deram negativo para covid. Por ter se negado a publicar esses primeiros exames, todos feitos com pseudônimos, foi obrigado pelo Judiciário a entregá-los. Na segunda vez em que fez o teste, o Presidente fez questão de contar a todos que estava infectado, usando seu próprio nome nesse novo teste.

Essa conduta de ir às manifestações sem máscara se repetiu por diversas vezes, sendo registradas pela mídia fotos onde apertava a mão da população, coçava o nariz e espalhava perdigotos perfeitamente visíveis nos vídeos (ESTADÃO, 17/4/2020). Com o avanço da doença e o declínio de sua popularidade, a narrativa do governo central alterou-se bastante. Afirma que desde março de 2020 estava alinhado com as recomendações da OMS e que estava preocupado com o avanço da doença. Nessa época, registraram-se alguns fatos identificados de “quebra de decoro”, aumentados com o passar do tempo. Diversas fontes publicaram as falas presidenciais referindo-se à Covid-19 como “histeria”, “gripezinha”, e a si mesmo como “atleta”, uma forma bem deselegante de sobrepor-se à população brasileira.

O governo tirou do ar o site que informava os números de mortos e contaminados; depois mudaram o horário de divulgação dos dados: das 17horas passaram a ser divulgados às 19horas e depois às 21horas; para, por fim, ser todos os dias às 22horas. Curiosamente, esse último horário é depois da exibição do Jornal Nacional, que então passou a entrar com o plantão informativo da Covid 19 após as 22horas (BBC News, 8/6/2020).

Diante desse quadro de incoerências e alternâncias, a população ficou muito confusa. Começou a não mais saber em quem confiar; quem seguia o presidente, mostrava claramente sua convicção ao participar de eventos sem máscara, contrariando as recomendações da OMS. Os demais, que acreditavam nas recomendações da ciência, ficavam fragilizados, sem saber muito bem o que fazer.

Resulta dessa situação o questionamento sobre a responsabilidade do Governo Federal em uma guerra que ele mesmo nega existir.

3.3 ESTADOS E MUNICÍPIOS À DERIVA

Sem um consenso entre os Governos federal, estaduais e municipais, houve decisões desencontradas e descompassadas, o que contribuiu para que hoje em dia a pandemia esteja diminuindo em algumas partes do Brasil e se agravando em outras. Existiu e existe ainda a necessidade de união e a formulação de um plano em conjunto, o que nunca foi possível por conta dos embates políticos entre os Governos.

O Presidente da República insiste em dizer que tudo que aconteceu foi culpa dos governadores e prefeitos, afirmando que o Supremo Tribunal Federal (STF) impediu que o Governo Federal traçasse um plano de ação no enfrentamento do covid-19. O que de fato não ocorreu, pois o STF decidiu apenas a competência concorrente da União, Estados e Municípios, ou seja, a união pode legislar sobre esse tema, respeitando a autonomia dos demais entes, mas não foi dito que a união não poderia nada fazer. (LEI MP 926/2020, na Lei Federal 13.979/2020, e o artigo 23, inciso II da Constituição Federal)

Nesse empasse, registram-se várias objeções às medidas implementadas pelos governadores e prefeitos, que agiram conforme suas próprias interpretações sobre o quadro pandêmico, sem o recurso a um plano diretor comum. Portanto, culpar os governadores e prefeitos não tira a responsabilidade do Governo Federal no que diz respeito ao controle da pandemia. Viu-se apenas uma oportunidade de disputa antiga por poder e holofotes.

Podemos ver como procederam cidades e estados após a decisão do STF.

Algumas cidades adotaram o lockdown quando era necessário, mas fazendo de forma estratégica, como, por exemplo, o plano de ação da cidade de Araraquara. Quando sua população estava sem leitos e com muitos novos casos por dia, foi decretado lockdown total por 10 dias; foram fechados supermercados, bancos, postos de gasolina e nenhum carro podia circular na rua, salvo quem precisasse de atendimento médico ou medicamentos.

A partir de então, ficou claro para muitos que o lockdown, quando feito corretamente, é extremamente eficaz para frear a contaminação em massa. Após três semanas, a média móvel caiu de 125 para 86 mortes por semana. Os resultados indicam, portanto, que medidas mais rígidas são indicadas para a diminuição de mortes nessa pandemia.

O Brasil poderia estar hoje em um cenário muito diferente, pois a Itália já havia confirmado e feito um apelo aos outros países alertando que a única saída era o lockdown total, uma vez que os italianos foram muito afetados pela doença. O isolamento foi tão severo que a polícia prendia aqueles que saíam nas ruas contaminados ou que apenas saíam sem identificação ou autorização; pessoas morriam em suas casas sem atendimento e outras na rua. A Itália deveria ter servido de exemplo para o que o Brasil enfrentaria e poderia indicar formas de como agir nas mesmas circunstâncias. Com a vantagem de possuir o SUS – um sistema de saúde gratuito –, com um plano bem traçado e lockdown, nosso sistema de saúde aguentaria ainda mais, se comparado aos demais países.

Infelizmente, nenhum plano foi tomado em conjunto, os estados e municípios estavam à deriva, decidindo tudo de última hora. Alguns apenas pensando na próxima eleição, hesitavam muito em impor o lockdown. Além disso, criou-se a emenda de feriados, para incentivar o isolamento, o que contribuiu para que a população aglomerasse ainda mais, viajando para as praias e promovendo festas. O resultado foi aumento de casos nas semanas seguintes aos feriados. E o comércio sofreu um “abre e fecha” expressivo, sem nenhum resultado positivo para a economia nem para a queda dos casos de Covid. É preciso lembrar que a palavra “lockdown” tem significado diferente de quarentena e de isolamento social; deve ser implantado apenas quando os outros dois já não são mais suficientes. Trata-se de um recurso utilizado diante de calamidade pública, com fechamento total. Se não for assim, de nada adianta. O exemplo de Araraquara mostra como um lockdown bem feito funciona para proteger a população.

Na contramão dos bons procedimentos, pode-se citar Manaus, que atingiu e ultrapassou o limite de sua capacidade de atendimento. Já não existiam leitos nem oxigênio disponíveis, e os doentes morriam sem socorro. Tudo isso poderia ter sido evitado se, em setembro e outubro de 2020, a prefeitura tivesse decretado lockdown. O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, no entanto, em uma entrevista para a UOL no dia 18 de maio de 2020, afirmou: “Tive medo de decretar lockdown e sair desmoralizado”. Ainda relatou a resistência do comércio para o fechamento de estabelecimentos não essenciais e citou o crime organizado ao justificar o porquê de não ter adotado o lockdown. Na mesma entrevista,

disse que o Presidente é corresponsável pelas mortes de Covid-19: “Acho que ele é corresponsável, sim. Se ele fez as pessoas irem para a rua e a maior defesa é o isolamento social, ele colaborou para entupir hospitais, para a morte de pessoas.”

A Advocacia Geral da União (AGU) informou ao Supremo Tribunal Federal, no dia 17 de janeiro, que o Ministério da Saúde sabia da falta de oxigênio em Manaus desde 8 de janeiro, seis dias antes de o insumo se esgotar em vários hospitais, levando pacientes à morte por asfixia (UOL, 17/1/2021).

Manaus não decretou lockdown por muitos outros motivos, incluindo a própria população que não seguiu as recomendações. Além do lockdown, a crise poderia ter sido evitada se o Governo e a prefeitura tivessem agido juntamente para traçar um plano já no início dos acontecimentos. Mas as redes sociais só mostravam cenas de horror, e muita gente, inclusive artistas famosos, se mobilizou para tentar levar cilindros de oxigênio a Manaus, uma vez que o especialista em logística e Ministro da Saúde da época, general Pazuello, afirmou que o governo não tinha transporte para mandar cilindros por conta própria. Em uma coletiva, disse: “No dia 8 de janeiro, nós tivemos a compreensão, a partir de uma carta da White Martins [fornecedora de oxigênio] de que poderia haver falta de oxigênio se não houvesse ações para que a gente mitigasse esse problema, mas aquela foi uma surpresa tanto pro Governo do Estado quanto pra nós”. Apesar dessa assertiva, em entrevista, disse ainda: “A União repassou em volume extremamente significativo de insumos estratégicos e de recursos financeiros aos Estados brasileiros, como um todo, e ao Estado do Amazonas, em especial. O colapso do estoque de oxigênio hospitalar em Manaus foi informado de maneira tardia aos órgãos federais, que empregaram toda a diligência possível para contornar a situação, sobretudo mediante a mobilização da Força Nacional de Saúde do SUS” (grifos nossos), acrescenta.

Controlar uma pandemia é difícil, mas fica impossível quando os governos não se conversam e não se ajudam.

3.4 A COMPRA DE VACINAS – UMA BATALHA CONTRA A MORTE

Quando o Butantã anunciou o acordo com o laboratório chinês Sinovac, houve um movimento na internet contra a vacina usando a hashtag “#contra a vacina chinesa do Dória”. Essa “voz” apenas ressoa a voz do próprio Presidente que se referiu à vacina dessa

forma. Sabe-se que tanto o Butantã e quanto a Pfizer fizeram propostas para a comercialização de milhões de vacinas para o Ministério da Saúde, mas ninguém respondeu às propostas. Essa omissão do Governo Federal provocou o que já era esperado: estados e municípios começaram a tentar fazer acordos diretamente com os laboratórios (CNN Brasil, 27/5/2021).

O Governo Federal e o Ministério da Saúde novamente abdicaram da sua responsabilidade, visto que, já no começo da Pandemia, foi alegado pelo Governo Federal que o STF o impediu de legislar.

Viu-se então uma corrida pela vacina.

O Ministério da Saúde tenta negociar com o Butantã, mas é impedido pelo Presidente que disse em um discurso: “Já mandei cancelar, o Presidente sou eu” (ESTADÃO, 21/10/2020), alegando que não havia sido aprovado pela Anvisa. Na época, chamou a atenção o discurso curioso e totalmente contraditório, pois, na prática, o que o Governo Federal fazia era propaganda da cloroquina e ivermectina, que não possuíam nenhuma comprovação e aprovação da Anvisa para o seu uso contra a Covid-19. Outro ponto contraditório é que, enquanto recusava a vacina da China, o governo já havia investido 1,9 bilhão de reais na vacina da Oxford, que também não tinha a aprovação da Anvisa ainda. Percebe-se que o Governo Federal apenas mandou “cancelar” por conta do embate político com o Governador João Doria, que provavelmente será seu grande rival nas eleições que virão.

A compra da vacina tem sido uma disputa política por protagonismo nas eleições, o que atrasou a vacinação e fez esse momento ser tão conturbado.

3.5 A IMAGEM DO BRASIL NO MUNDO

Durante a pandemia, cada país teve de aprender a gerenciar uma crise de saúde nunca vista antes, mas, conforme os meses foram passando, diversos cientistas, em uma corrida desesperada e muito cansativa, se empenharam em entender a doença e retardá-la. Nesse processo, comprovaram que somente o distanciamento social e o uso de máscara e álcool em gel seriam a armadura que a humanidade precisava para aguentar mais um pouco nessa guerra pela sobrevivência. Finalmente, após muitas pesquisas e em um tempo

recorde, os cientistas encontraram uma vacina que se tornou mais uma arma para lutar contra a doença.

Cada país teve seus pontos baixos e altos durante a pandemia. Suas ações foram julgadas pela comunidade mundial e até usadas como exemplo de combate a ser seguido. O Brasil, infelizmente, não foi exemplo positivo e nem espelho para nenhuma potência mundial. Segundo um estudo divulgado pelo Instituto Lowy em Sidney, na Austrália, "O Brasil é o pior país no combate à pandemia". O Instituto analisou o desempenho de 98 nações, a partir de diferentes critérios, entre os quais casos confirmados, mortes e capacidade de detecção da doença. E o Brasil ficou na última colocação, com 4.3 pontos de um total possível de 100. A Nova Zelândia, que aparece no ranking como o país que melhor enfrenta a pandemia, somou 94.4 pontos.

O governo foi denunciado à Organização das Nações Unidas (ONU), por sua gestão na pandemia. A denúncia foi feita pelas organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos, Comissão Arns e Conectas Direitos Humanos, que apontaram que o governo Bolsonaro levou o país a uma "devastadora tragédia humanitária". Disseram as entidades ao conselho:

"Viemos aqui hoje para criticar as atitudes recorrentes do presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia".

"Ele desdenha das recomendações dos cientistas; ele tem, repetidamente, semeado descrédito em todas as medidas de proteção — como o uso de máscaras e distanciamento social; promoveu o uso de drogas ineficazes; paralisou a capacidade de coordenação da autoridade federal de Saúde; descartou a importância das vacinas; riu dos temores e lágrimas das famílias e disse aos brasileiros para parar 'de frescura e mimimi'."

Dessa forma, diante do mundo, o Governo Federal já foi julgado.

4. A SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DA COVID

Embora a política englobe todos os aspectos sociais, é importante destacar algumas alterações na vida do brasileiro nesse período. Consta-se que o Brasil se diferencia dos outros países por várias razões, dentre elas, a extensão do país; a numerosa população; a força das diferenças sociais e regionais; a educação formal deficiente etc. Nessas circunstâncias, cada camada populacional é atingida de maneira diferente nessa guerra biológica. As medidas de proteção pessoal e de grupo, os gastos não previstos com as medidas de segurança, a necessidade de receber auxílio emergencial, a perda de trabalho, a falta de perspectiva em relação ao futuro, a insegurança quanto à presença e eficiência de vacinas são fatores que atingem de diferente modo cada brasileiro.

4.1 AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO MAL ORIENTADAS

A ONU criticou a condução mal orientada do governo brasileiro no contexto da pandemia. Em um comunicado, os especialistas consideram que o Brasil deveria “abandonar imediatamente políticas de austeridade mal orientadas que estão colocando vidas em risco e aumentar os gastos para combater a desigualdade e a pobreza exacerbadas pela pandemia”.

Desde o início da pandemia, muitas pessoas ficaram confusas em como deveriam lidar e se proteger da doença, qual máscara usar, de pano ou não, qual álcool em gel funciona ou até mesmo se algum medicamento ajudaria na prevenção. E isso, juntamente com os pronunciamentos divergentes entre a OMS, o Governo Federal e o Ministério da Saúde, fez com que muita gente, na dúvida, não tomasse medida alguma, pela falsa sensação de segurança e controle passada pelo Governo Federal em seus primeiros pronunciamentos, que já divergiam das orientações da OMS e iam na contramão do alerta de que países estavam sendo arrasados pela doença.

4.2 AUXÍLIO EMERGENCIAL E A LOGÍSTICA DEFICIENTE

Precisamos lembrar que, se na época as parcelas do auxílio eram de 600 reais, é graças ao Congresso Nacional, já que a proposta inicial do Governo era de apenas 200 reais, o que não dá para uma família inteira sobreviver por um mês. Demorou muito para que essa ajuda do Governo fosse fornecida e para que o valor fosse justo. Durante uma entrevista, ao perguntarem ao Presidente quanto tempo duraria essa ajuda, ele respondeu rindo sarcasticamente: “Pergunta para o vírus”. Nesse contexto, a população mais carente ficava desesperada, pensando que, do nada, o governo parasse de fornecer ajuda. Muitos não tinham nem água em casa, tampouco dinheiro para comprar álcool em gel. Havia somente uma certeza: se o vírus não os matasse, a fome os mataria.

O resultado dessa logística mal elaborada foram as aglomerações desnecessárias nas portas de banco; insegurança em relação ao recebimento; constatação de corrupção na distribuição do auxílio. Deve-se admitir, no entanto, que o auxílio ajudou muita gente que havia perdido o emprego, impulsionou o consumo, acelerando o movimento de mercados, sobretudo de alimentos.

4.3 AGRUPAMENTOS DESNECESSÁRIOS

Além dos já citados, por causa do recebimento do auxílio emergencial mal dirigido, constataram-se aglomerações de figuras públicas, como os do próprio presidente e de vários artistas, que serviram de mau exemplo para a população, visto que desprezavam a orientação de isolamento como medida de proteção contra o vírus.

O Presidente, como figura pública da nação, que deveria ser exemplo para sua população, além de suas falas equivocadas também descumpriu as orientações e normas, saindo sem máscara com amigos em um bar em Eldora, em São Paulo, contrariando o decreto estadual que obrigava o uso de máscara. Além desse ocorrido, o Presidente da nação, por várias vezes, incitou manifestações em suas redes sociais, postando vídeos em seu Twitter. Nesses encontros, se aproximava de seus eleitores sem máscara. Com o Presidente indo contra as recomendações e decreto, o próprio Twitter apagou seus vídeos, alegando violação das regras. Logo após, o Instagram e Facebook fizeram o mesmo.

Durante a pandemia, houve inúmeras festas clandestinas, nas quais a população se aglomerou ilegalmente. Também houve muitas falhas na fiscalização da polícia, pois alguns

fiscais sequer viam problema em algumas festas familiares que ocorriam com um número além do permitido. Entende-se nesse aspecto uma ação conduzida pela consciência de hierarquia, uma vez que a polícia tende a respeitar o chefe supremo que minimiza agrupamentos e os promove. Aspectos de obediência cega são muito estudados em experiências da área da psicologia. Os experimentos do professor Stanley Milgram esclarecem bem essa relação entre “autoridade” e “subordinado”, que apresentamos no ANEXO 1 deste trabalho.

4.4 VACINAÇÃO E INSEGURANÇA SOCIAL: O PAPEL DO GOVERNO

Desde o anúncio da vacinação, só se via a competição atrás de protagonismo e o boicote do governo, o que não ajudou em nada a amenizar o receio da população com as novas vacinas. De fato, aqui a história se repete, pois, esse comportamento se assemelha ao da população que provocou a “revolta da vacina de 1904”. Nesse episódio, a população rejeitava a vacina que consistia no líquido de pústulas de vacas doentes, uma vez que achava estranha a ideia de ser inoculada com esse líquido. Além disso, corriam os boatos de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. Não há como não comparar com o medo de hoje em dia: uma população com medo, porque ouviu de seu Presidente que quem se vacinasse viraria jacaré... ou mudaria de sexo, entre outras extravagâncias. Esse tipo de pensamento atrasa e dificulta muita a conscientização da população que prefere morrer a se vacinar, embora existam dados científicos que confirmam o total benefício de todas as vacinas.

Vários países já estavam vacinando sua população, já haviam negociado muito antes e montado um esquema de vacinação veloz e eficiente, enquanto no Brasil ainda se esperava que o governo respondesse aos emails de propostas de compra de vacinas. Nossa vacinação virou uma jogada de marketing.

Aos poucos, o Brasil tem vacinado sua população muito lentamente no início, se comparado aos demais países que já estão seguindo sua vida normalmente, sem restrições, e alguns inclusive distribuindo gratuitamente aos turistas que vão a seu país.

5. A ECONOMIA DO BRASIL NA PANDEMIA

No nível econômico, viu-se, por exemplo, uma cidade pulsante como São Paulo desacelerar durante a pandemia, estabelecimentos fechados, negócios interrompidos, contratos de trabalho suspensos, salários reduzidos, famílias sem renda.

É preciso ter uma política que seja de longo prazo e mantida ao longo dos diversos mandatos, sobretudo do Governo Federal. No Brasil, nos últimos anos, não se tem assegurado um marco jurídico, um marco legal duradouro, pois a cada ocupante dos cargos públicos existem mudanças de regra. Em decorrência dessas alterações jurídicas, há o afastamento de investimentos, visto que no país é muito difícil abrir um negócio, a há ainda o medo de as regras mudarem no meio do caminho. É preciso que a lucratividade seja muito maior para correr esse risco, o que acaba por aumentar o preço de tudo.

Com a vacinação em massa, especialistas apostam em uma recuperação internacional mais cedo, e o Brasil só tem a ganhar com o crescimento da demanda pelos nossos produtos, especialmente no setor do agronegócio.

A economia do Brasil está melhorando, mas o nível de emprego não. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 1,2% no primeiro trimestre deste ano de 2021, em relação ao último trimestre de 2020, emendando o terceiro resultado positivo seguido e recuperando o nível de 2019, antes da pandemia. Mas o desemprego, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aumentou de 13,9% em dezembro para 14,7% em março. Segundo especialistas, esse quadro negativo de emprego vai continuar predominando até que a vacinação avance e permita ao Brasil retomar as atividades econômicas e novos investimentos sem restrições.

6. CRIME DE RESPONSABILIDADE?

Crimes de responsabilidade no Brasil estão previstos na Lei N° 1.079 de 1950, lei que, basicamente, vai definir atos que são praticados por autoridades que atentam contra as outras instituições e, portanto, contra a ordem democrática. Essa lei foi criada em um momento em que o Brasil tinha acabado de viver uma experiência autoritária com o Estado Novo.

6.1 CRIME DE QUEBRA DE DECORO

No artigo 9º, inciso 7 da Lei 1.079 de 1950, está previsto de maneira mais geral o crime de responsabilidade, que ocorre quando a autoridade não se comporta com a dignidade e o decoro que exige o cargo. Quando o Presidente da República se comporta de maneira incompatível com a dignidade e o decoro, temos então um crime de responsabilidade mais abrangente, que se encaixa no comportamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A Lei citada, em diversos artigos, prevê situações como hostilizar e ameaçar, ações que estão presentes em vários discursos que vimos em relação à pandemia, proferidos pelo nosso Chefe de Estado.

A fala do presidente é importante e significativa, pois tem o poder de produzir consequências concretas no mundo real, como, por exemplo, fazer com que pessoas não levem a sério uma pandemia e tomem remédios para a prevenção, quando eles não funcionam, e comparecer em aglomerações sem máscaras. Isso tudo legitima a conduta das outras pessoas nesse mesmo sentido, promovendo aglomerações e desrespeitando as ordens de isolamento e incrementando o risco de disseminação do coronavírus.

6.2 CRIME DE PREVARICAÇÃO?

Diz o Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, em seu Art. 319, que constitui crime de prevaricação “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de

ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal [...]”, e prevê pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

O Governo Bolsonaro pode ter cometido crime de prevaricação, uma vez que, em disputa política por holofotes, ficou mais preocupado de onde era a vacina e quem estava ganhando protagonismo com ela.

Além disso, o Governo Federal deixou de responder e-mails de propostas de compra de vacinas, alegando que não compraria vacina não aprovada pela Anvisa, o que, como foi dito, não é verdade, uma vez que já estava negociando outra que também não estava aprovada ainda. Ou seja, dificultou a compra e ainda deixou a população receosa sobre a marca e origem da vacina, algo nunca visto antes. Podemos observar que o Governo não só dificultou a compra das vacinas como a negligenciou. Trata-se de clara motivação política que podemos traduzir por motivação pessoal, que está tipificado no artigo 319 do Código Penal.

O que precisa ser analisado é a motivação disso. Será que o Governo Federal errou tanto só por ignorância, negacionismo, ou existe alguém que se aproveitou dessa inércia do Governo para ganhar dinheiro? São muitos os escândalos e possibilidades, e a má gestão precisa ser investigada.

Que mortes poderiam ter sido evitadas é fato já comprovado, pois não nos preparamos para a pandemia, não tivemos um plano nacional, o governo minimizou a doença, não foram feitos testes em massa, o lockdown não foi feito corretamente, a propaganda da cloroquina fez muita gente se expor ao vírus, os hospitais de campanha viraram um problema, não conseguimos proteger os índios, não conseguimos proteger os mais pobres, faltou vacina e faltou organização.

Para que exista responsabilidade legal na esfera criminal, no Direito Penal, é necessária uma adequação muito específica entre aquilo que acontece no mundo real e o que está previsto na norma estatal. É necessário que os fatos sejam analisados tecnicamente, e o primeiro passo é a CPI, que já está em andamento. Depois dos resultados da CPI da vacina, outros órgãos, com base nessa investigação, deverão tomar as devidas providências.

7. CONCLUSÃO

Diante do exposto e considerando os contextos sociais, econômicos e, sobretudo, políticos, pode-se afirmar que no Brasil houve má gestão por parte do Governo Federal no combate na adoção de medidas públicas no enfrentamento à proliferação da Covid-19.

O que se precisa analisar é a motivação disso. Será que o Governo errou tanto só porque existiu ignorância, negacionismo, ou existe alguém que aproveitou essa inércia do Governo para ganhar dinheiro? São muitos os escândalos e possibilidades, e a má gestão precisa ser investigada em todos os seus aspectos.

Que mortes poderiam ter sido evitadas é fato já comprovado, pois não nos preparamos para a pandemia, não tivemos um plano nacional, o Governo minimizou a doença, não foram feitos testes em massa, o lockdown não foi feito corretamente, a propaganda da cloroquina fez muita gente se expor ao vírus, os hospitais de campanha viraram um problema, não conseguimos proteger os índios, não conseguimos proteger os mais pobres, faltou vacina e faltou organização.

Para que exista responsabilidade legal na esfera criminal, no direito penal, é necessária uma adequação muito específica entre aquilo que acontece no mundo real e o que está previsto na norma estatal. É necessário que os fatos sejam analisados tecnicamente, e o primeiro passo é a CPI, que já está em andamento. Depois dos seus trabalhos, outros órgãos, com base nessa investigação, deverão tomar as devidas providências. Assim que forem levantados todos os dados e provas do descumprimento das medidas emergenciais de combate à transmissão da Covid-19, teremos então as consequências penais para os envolvidos.

A pandemia, no entanto, trouxe um inegável ganho para o país: o grande envolvimento da nação nas discussões sobre política, economia e causas sociais, até então bem distantes das preocupações da população brasileira. Além disso, hábitos mais saudáveis de higiene foram incorporados na rotina das pessoas, o que permite prever melhora nos índices de bem estar social. São pequenos ganhos entre tantas perdas, mas importam muito para o futuro.

Aproveitando o ensejo das considerações finais desse trabalho de conclusão de curso, o que nos leva, pesquisador e leitor, a continuar refletindo sobre esse momento

mundialmente histórico distante de colocar um ponto derradeiro na temporalidade e no fato, deixamos no anexo, um texto de pertinente inquietude sobre experiências análogas que levam a pensar sobre a vulnerabilidade humana perante momentos de caos e sem governança responsável.

8. REFERÊNCIAS

A comitiva presidencial infectada pelo coronavírus. Jornal Estadão. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,a-comitiva-presidencial-infectada-pelo-coronavirus,1084402>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Alguns ministros viraram estrela, mas hora deles vai chegar, diz Bolsonaro. G1 – Economia. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia/alguns-ministros-viraram-estrela-mas-hora-deles-vai-chegar-diz-bolsonaro-24353507.html>>. Acesso em 24 jul. 2021.

ANDRADE, Fabiano. **Teich deixa o Ministério da Saúde antes de completar um mês no cargo.** G1 – Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/teich-deixa-o-ministerio-da-saude-antes-de-completar-um-mes-no-cargo.ghtml>>. Acesso em 07 fev. 2021.

BIERNATH, André. **Crise em Manaus 'era inevitável, mas poderíamos ter impedido colapso, diz cientista da Fiocruz que sugeriu lockdown em setembro.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55684605>>. Acesso em: 06 jan. 2021.

Bolsonaro rompe isolamento e aparece em manifestação a favor do governo. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834451/bolsonaro-rompe-isolamento-e-aparece-em-manifestacao.shtml>. Acesso em: 12 jul. 2021.

Brasil é destaque no mundo por não divulgar dados de mortes por covid-19. BBC News – Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52967730>>. Acesso em 02 jun. 2021.

Brasil é o pior país do mundo no combate à pandemia, aponta estudo. Brasil de fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/28/brasil-e-o-pior-pais-do-mundo-no-combate-a-pandemia-aponta-estudo#:~:text=O%20Brasil%20%C3%A9%20o%20pior,%2C%20em%20Sydney%2C>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão de direitos humanos e minorias**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-critica-austeridade-mal-orientada-do-governo-brasileiro-no-contexto-da-pandemia>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CIALDINI, Robert B. **As armas da persuasão**. Como influenciar pessoas e não se deixar influenciar. São Paulo: Sextante, 2012.

CONGRESSO EM FOCO. **CPI da Covid prepara denúncia contra Bolsonaro por prevaricação**. Disponível em: UOL – Universo Online. <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/cpi-da-covid/cpi-da-covid-prepara-denuncia-contra-bolsonaro-por-prevaricacao/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

Coronavírus: Bolsonaro pede que manifestações do dia 15 sejam adiadas. UOL – Saúde. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/12/demascara-bolsonaro-faz-live-para-falar-sobre-coronavirus.htm>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DIAS, Carlos Henrique; RIBEIRO, Eduardo. **'Já mandei cancelar', diz Bolsonaro sobre protocolo de intenções de vacina do Instituto Butantan em parceria com farmacêutica chinesa**. UOL – Universo Online. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/10/21/ja-mandei-cancelar-diz-bolsonaro-sobre-protocolo-de-intencoes-de-vacina-do-instituto-butantan-em-parceria-com-farmaceutica-chinesa.ghtml>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Infectologista explica diferença entre Covid-19 e H1N1: 'situação mais complexa'. CNN Brasil – Saúde. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/03/28/infectologista-explica-diferenca-entre-covid-19-e-h1n1-situacao-mais-complexa>>. Acesso em 28 abr. 2021.

INFO JOTA. **Indignidade, desonra e quebra de decoro presidencial na era Jair Bolsonaro.** Jusbrasil. Disponível em: <https://jotainfo.jusbrasil.com.br/artigos/756530742/indignidade-desonra-e-quebra-de-decoro-presidencial-na-era-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Manaus recebe cilindros de oxigênio de São Paulo. Isto é dinheiro. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/manaus-recebe-cilindros-de-oxigenio-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MARÉS, Chico. **Bolsonaro erra ao comparar pandemia de H1N1, em 2009, com novo coronavírus.** Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/03/16/bolsonaro-cnn-coronavirus/>>. Acesso em 13 abr. 2021.

MARQUES, José. **Depois do Twitter, Facebook e Instagram também apagam post de Bolsonaro.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/depois-do-twitter-facebook-tambem-apaga-post-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** São Paulo: Atlas, 1999.

REUTERS. **Governo Bolsonaro é denunciado na ONU por gestão da pandemia.** Exame. Disponível em: <https://exame.com/brasil/governo-bolsonaro-e-denunciado-na-onu-por-gestao-da-pandemia/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SASSINE, Vinicius. **Governo Bolsonaro diz ao stf que saúde sabia desde o dia 8 sobre escassez de oxigênio em Manaus.** Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-bolsonaro-diz-ao-stf-que-saude-sabia-desde-o-dia-8-sobre-escassez-de-oxigenio-em-manaus.shtml>>. Acesso em 08 mar. 2021.

TAJRA, Alex; MADEIRO, Carlos. **Prefeito de Manaus: ‘tive medo de decretar lockdown e sair desmoralizado’.** UOL – Universo Online. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/18/prefeito-de->

[manaus-tive-medo-de-decretar-lockdown-e-sair-desmoralizado.htm](#)>. Acesso em 23 jan. 2021.

9. ANEXOS

Em *As armas da persuasão*, Robert B. Cialdini (2012) narra o episódio conhecido por “Experimento de Milgram”, transcrito a seguir.

A “Experiência de Milgram” (ou Experimento de Milgram) foi uma experiência científica desenvolvida pelo psicólogo Stanley Milgram. A experiência tinha como objetivo responder à questão de como é que os participantes observados tendem a obedecer às autoridades, mesmo que as suas ordens contradigam o bom-senso individual. A experiência pretendia inicialmente explicar os crimes bárbaros do tempo do Nazismo. Hoje em dia, explica a aceitação cega do público das ordens ditatoriais por parte dos governos por todo o mundo. Em 1964, Milgram recebeu por este trabalho o prémio anual em psicologia social, atribuído pela American Association for the Advancement of Science. Os resultados da experiência foram apresentados no artigo *Behavioral Study of Obedience* no *Journal of Abnormal and Social Psychology* (Vol. 67, 1963 p. 371-378) e, posteriormente, no seu livro *Obedience to Authority: An Experimental View*, 1974.

No final da Segunda Guerra Mundial, emergiu a questão de como pessoas aparentemente saudáveis e socialmente bem-ajustadas puderam cometer assassinato, tortura e outros abusos contra civis durante o Holocausto, e outros crimes contra a humanidade. O objetivo da experiência de Milgram foi verificar a obediência e o efeito da autoridade na capacidade do sujeito prejudicar outro ser humano. Os experimentos começaram em julho de 1961, três meses após o julgamento de Adolf Eichmann começar em Jerusalém. O experimento foi concebido para responder à pergunta: "Será possível que Eichmann e milhões de seus cúmplices estivessem apenas a seguir ordens? Será que devemos chamar cúmplices a todos eles?"

Milgram resume assim o experimento:

Os aspectos jurídicos e filosóficos da obediência têm enorme significado, mas dizem muito pouco sobre como as pessoas realmente se comportam numa situação concreta e particular. Eu projetei um experimento simples em Yale, para testar quanta dor um cidadão comum estaria disposto a infligir a outra pessoa somente por um simples cientista ter dado a ordem. Foi imposta autoridade total à cobaia [ao participante] para testar as suas crenças morais de que não deveria prejudicar os outros, e, com os gritos de dor da vítima ainda

zumbindo nas orelhas das cobaias [dos participantes], a autoridade falou mais alto na maior parte das vezes. A extrema disposição para seguir cegamente o comando de uma autoridade mostrada por adultos foi o resultado principal do experimento, e que ainda necessita de explicação.

Segundo o Dr. Robert, todos usam da influência e também são alvos dela. Ele explica que os profissionais da persuasão sabem exatamente o que querem e aonde chegar, para isso, utilizam-se de seis princípios psicológicos para alcançarem seus objetivos.

Por meio deles, é possível despertar no subconsciente das pessoas um consenso automático, ou como chamado por Cialdini, atalhos mentais.

A grande desvantagem ao aceitar as coisas de forma automática reside na vulnerabilidade a qual estamos sujeitos. Dessa forma, somos expostos e estamos à mercê das armas da persuasão que podem nos fazer tomar decisões erradas.

Dentre as formas de persuasão, está o recurso à autoridade, o mesmo que utilizamos quando citamos um autor famoso para referendar e reforçar um argumento que estamos usando.

De acordo com o livro *As armas da persuasão*, a sociedade valoriza, respeita e obedece às autoridades “autênticas” como policiais, juízes e médicos.

Uma vez que elas sabem o que estão fazendo (e dizendo), fundamentam os sistemas que garantem defesa social, justiça e saúde para pessoas. Dessa maneira, elas têm autoridade perante os indivíduos de um grupo.

O autor retrata a ideia que fica mais evidente quando se diz sobre autoridade: “Se um especialista disse isso, deve ser verdade”.

Um dos exemplos mais notórios citados pelo autor se encontra no ramo da medicina. A maioria das pessoas aceita de maneira incontestável as recomendações de um médico; poucas buscam segundas opiniões.